

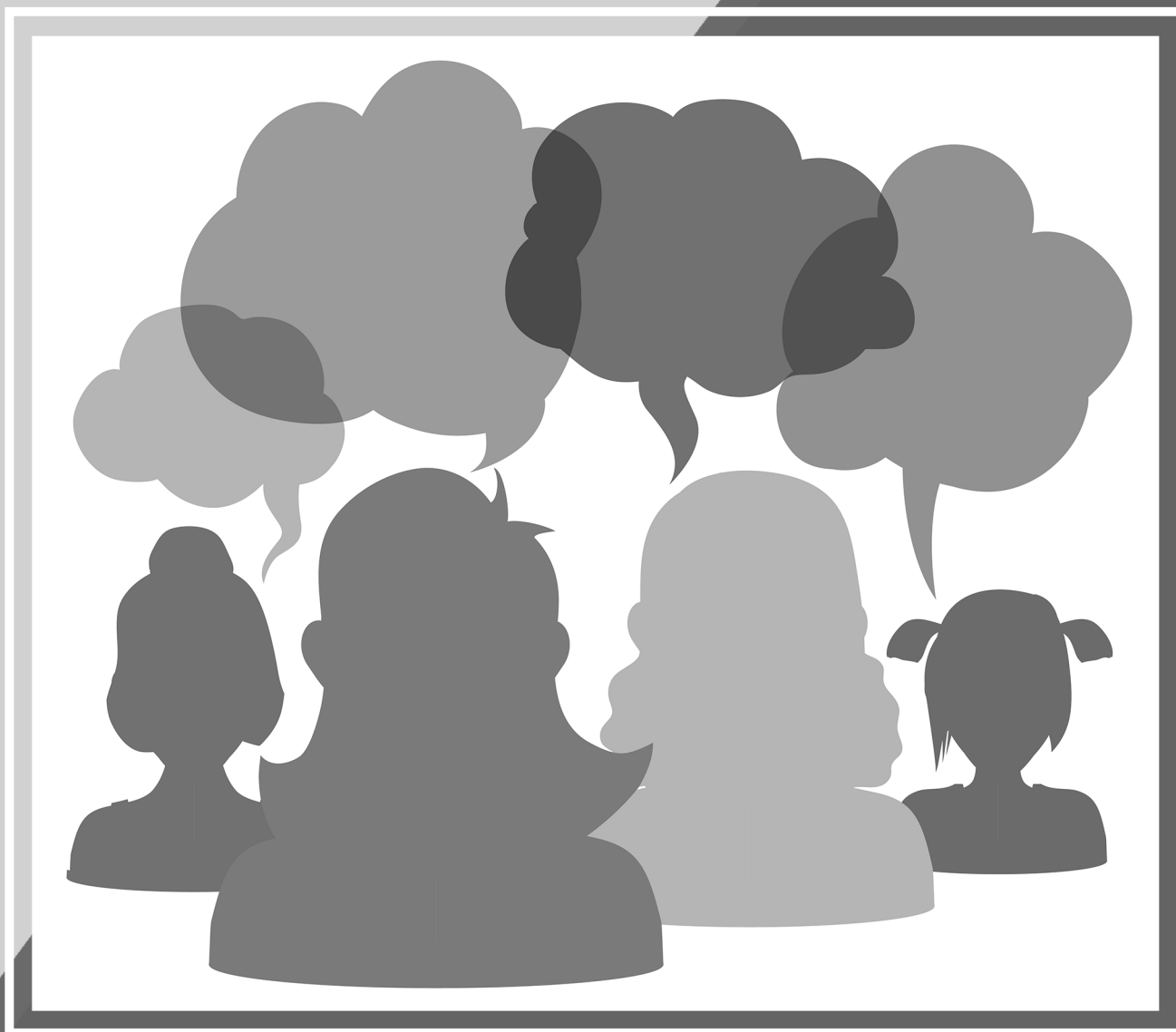
História: Espaço Fecundo para Diálogos 3



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscarro
(Organizadores)

História:

Espaço Fecundo para Diálogos 3



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscarro
(Organizadores)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

H673 História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos 3 /
 Organizadores Antonio Gasparetto Júnior, Ana Paula Dutra
 Bôscaro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-02-3

DOI 10.22533/at.ed.023201102

1. História – Filosofia. 2. História - Historiografia. 3. Historiadores.
 I. Gasparetto Júnior, Antonio. II. Bôscaro, Ana Paula Dutra.

CDD 907.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro *História: espaço fecundo para diálogos* oportuniza a discussão científica ao entorno da história do Brasil por intermédio de trabalhos diversos que compõem seus capítulos. Fruto de pesquisas recentes, seu principal objetivo consiste em divulgar novas perspectivas acerca de diferentes momentos históricos que marcaram a formação e o desenvolvimento da história do nosso país.

O período cronológico coberto no livro abrange praticamente toda a história do Brasil, desde o período colonial até finais do século XX. Os autores aqui reunidos apresentam trajetórias acadêmicas e perspectivas analíticas distintas, configurando, como o próprio título da obra sugere, um espaço fecundo para diálogos. Seus textos, entretanto, têm em comum a característica de serem resultados de pesquisas históricas originais, pautados em fontes documentais inéditas e/ou pouco exploradas.

Temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos em seus mais variados aspectos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Os fatos históricos explorados, a despeito das diferenças temporais que os cercam, dialogam e se completam. Daí a importância de um livro composto por obras que versam sobre diferentes contextos, cujos construtores dos períodos abordados foram também dispare: grupos indígenas, comerciantes, mulheres, políticos, militares, etc.

Na primeira parte da obra estão reunidas análises históricas que dissertam sobre o período colonial e imperial brasileiros. Na segunda parte, trabalhos que abordam da Primeira República a acontecimentos iniciais que marcaram o século XX. Na terceira e última parte do livro reunimos diferentes análises históricas referentes aos noventa, trabalhos que aludem desde o período ditatorial aos novos métodos da História Oral.

Em síntese, a obra apresenta o estudo da sociedade brasileira através de múltiplas perspectivas, o que nos leva a constatar que a História se faz, cada vez mais, através de um exercício democrático e de cidadania, constituindo-se como palco profícuo para novos debates e aprendizado. A todos, o desejo de uma excelente leitura!

Ana Paula Dutra Bôscaro
Antonio Gasparetto Júnior

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESCRAVISMO INDÍGENA PAULISTA NA DEFINIÇÃO DO SISTEMA DA ADMINISTRAÇÃO. (SÉCULO XVII)	
Antonio Martins Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.0232011021	
CAPÍTULO 2	14
PIRATAS E CORSÁRIOS NO BRASIL: O CASO DE 14 DE FEVEREIRO DE 1630	
Valéria Silva Melo de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0232011022	
CAPÍTULO 3	31
CACAU, CRAVO E AS “DROGAS DO SERTÃO”: O GOVERNADOR FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO E A CRIAÇÃO DA COMPANHIA GERAL DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO	
Frederik Luiz Andrade de Matos Osimar da Silva Barros	
DOI 10.22533/at.ed.0232011023	
CAPÍTULO 4	46
ESCRITAS DE SI: A ARTE DA EXISTÊNCIA GRAFADA EM AUTOBIOGRAFIAS, DIÁRIOS PESSOAIS E RELATOS DE VIAGENS FEMININOS	
Maria Ester de Siqueira Rosin Sartori	
DOI 10.22533/at.ed.0232011024	
CAPÍTULO 5	60
CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA: PERCALÇOS E TENSÕES NA INSTALAÇÃO DE NOVAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NA PROVÍNCIA DA BAHIA (1828-1830)	
Nora de Cassia Gomes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0232011025	
CAPÍTULO 6	71
“SUCCINTAS OBSERVAÇÕES SOBRE O ESTADO DESTA PARTE DO VASTO IMPERIO DO BRAZIL”: A PROVÍNCIA DO AMAZONAS SEGUNDO TENREIRO ARANHA, 1852	
Paulo de Oliveira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.0232011026	
CAPÍTULO 7	84
A GUERRA DO PARAGUAI NO PIAUÍ: A BATALHA PELAS VONTADES ENTRE POLÍTICOS E JORNAIS	
Elton Larry Valerio	
DOI 10.22533/at.ed.0232011027	

CAPÍTULO 8	99
A SOCIEDADE AGRÍCOLA PARAENSE E OS OFÍCIOS DE CONSELHEIRA PROVINCIAL E PROPAGADORA DA CIÊNCIA AGRONÔMICA NO SÉCULO XIX	
Francivaldo Alves Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.0232011028	
CAPÍTULO 9	114
ENGENHARIA E POLÍTICA: OS DEBATES FERROVIÁRIOS NO CLUBE DE ENGENHARIA E A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO RIO DE JANEIRO (1880 - 1900)	
Fernanda Barbosa dos Reis Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.0232011029	
CAPÍTULO 10	127
A MÚSICA NOS NAVIOS E QUARTÉIS DA ARMADA BRASILEIRA ENTRE AS DÉCADAS DE 1850 E 1900	
Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.02320110210	
CAPÍTULO 11	138
JORNAL CORREIO DE SÃO FÉLIX: ENTRE FATOS E NARRATIVAS DE UMA CIDADE	
José Alberto Nascimento de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.02320110211	
CAPÍTULO 12	148
“PEQUENOS EXÉRCITOS ESTADUAIS” NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O CASO DA FORÇA PÚBLICA DE PERNAMBUCO NA HISTORIOGRAFIA	
Sandoval José dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.02320110212	
CAPÍTULO 13	161
CUIDANDO DO “FUTURO DO BRASIL”: O ATENDIMENTO MATERNO-INFANTIL NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PÚBLICA NO PIAUÍ (1889-1929)	
Joseanne Zingleara Soares Marinho	
DOI 10.22533/at.ed.02320110213	
CAPÍTULO 14	174
O ESTADO DE EXCEÇÃO COMO REGRA NO GOVERNO DE ARTHUR BERNARDES (1922-1926)	
Antonio Gasparetto Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.02320110214	
CAPÍTULO 15	185
A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOSÉ FRAGELLI (1947-1987)	
Vinicius de Carvalho Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.02320110215	

CAPÍTULO 16	195
OS CRONISTAS E SUA MUSA: RESSIGNIFICAÇÕES DO RIO DE JANEIRO DIANTE DA MUDANÇA DA CAPITAL	
Larissa Leal Neves	
DOI 10.22533/at.ed.02320110216	
CAPÍTULO 17	210
A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA E OS GRUPOS REVOLUCIONÁRIOS EM VOLTA REDONDA (1962 -1971)	
Márcio Goulart Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.02320110217	
CAPÍTULO 18	224
A MAÇONARIA E A DITADURA CIVIL-MILITAR ENTRE O NACIONAL E O LOCAL: MEMÓRIAS MAÇÔNICAS EM TEMPOS DE CHUMBO	
Helton Anderson Xavier de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.02320110218	
CAPÍTULO 19	238
REGADIO NOS TEMPOS DE DITADURA: RELAÇÕES ENTRE ESTADO, CAPITAL NACIONAL E INTERNACIONAL (1964-1971)	
Mário Martins Viana Júnior	
Alfredo Ricardo da Silva Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.02320110219	
CAPÍTULO 20	252
ON DIRAIT JEQUIÉ: ESTRATÉGIAS NACIONAIS E REGIONAIS EM PAULO EMÍLIO SALLES GOMES	
Victor Santos Vigneron de La Jousselandière	
DOI 10.22533/at.ed.02320110220	
CAPÍTULO 21	267
MULHERES E DITADURA: A TRAJETÓRIA DE ISABEL TAVARES DA CUNHA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A DEMOCRACIA, FEMINISMO E OS DIREITOS HUMANOS NO PARÁ	
Rosinda da Silva Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.02320110221	
CAPÍTULO 22	281
XIFÓPAGAS - CORPO DE MULHER, CABEÇAS DE DITADURAS: GÊNERO E EROTISMO NOS CINEMAS BRASILEIRO E ARGENTINO (ANOS 70)	
Katharine Nataly Trajano Santos	
DOI 10.22533/at.ed.02320110222	
CAPÍTULO 23	295
MOVIMENTO “TERRAS DE NINGUÉM”: CONFLITOS E A LUTA PELA POSSE DE TERRA URBANA - CASA AMARELA, RECIFE – PE	
Sebastião Alves da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.02320110223	

CAPÍTULO 24	308
A MEMÓRIA SOCIAL DOS MORADORES DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA-RJ E SUAS ÁGUAS MEDICINAIS	
<i>Mariana Arruda Muniz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.02320110224	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	325
ÍNDICE REMISSIVO	326

O ESTADO DE EXCEÇÃO COMO REGRA NO GOVERNO DE ARTHUR BERNARDES (1922-1926)

Data de aceite: 28/01/2020

Antonio Gasparetto Júnior

Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG)

Juiz de Fora – Minas Gerais

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1666230459145640>

Contato: antonio.gasparetto@gmail.com

RESUMO: Durante a Primeira República no Brasil, nenhum governo fez mais uso de medidas de exceção do que o do Presidente Arthur Bernardes (1922-1926). Quase a integralidade de seu mandato transcorreu em estado de sítio, medida concentradora de poderes no Executivo e responsável por suspender algumas garantias constitucionais. Este texto busca lançar luz sobre esse momento tempestuoso da história do Brasil republicano, no qual o país vivia um regime político liberal-democrático, porém fortemente marcado por condutas autoritárias de governo.

PALAVRAS-CHAVE: Estado de Sítio; Primeira República; Arthur Bernardes.

THE STATE OF EXCEPTION AS A RULE
IN THE GOVERNMENT OF ARTHUR
BERNARDES (1922-1926).

ABSTRACT: During the First Republic in Brazil, no government made more use of exceptional measures than President Arthur Bernardes (1922-1926). Almost the whole of his mandate was in a state of siege, a power-concentrating measure in the Executive and responsible for suspending some constitutional guarantees. This text seeks to shed light on this stormy moment in the history of republican Brazil, in which the country lived a liberal-democratic political regime, but strongly marked by authoritarian conduct of government.

KEYWORDS: State of Siege; First Republic; Arthur Bernardes.

INTRODUÇÃO

A primeira experiência republicana no Brasil, cerca de um século distante de nós, ainda apresenta diversas possibilidades de exploração de seus mecanismos e de suas práticas políticas, econômicas, sociais e culturais. Algumas interpretações se tornaram clássicas na historiografia do período, como as abordagens acerca da suposta “política do café-com-leite”, do voto de cabresto, do coronelismo, da política dos governadores e das políticas econômicas de valorização do café. Ainda assim, nas últimas décadas,

essas abordagens clássicas sofreram releituras que passaram por um caminho de questionamento do que estava estabelecido na historiografia, por meio de novas fontes, novas questões colocadas sobre o passado e de estudos mais regionais que permitiram vislumbrar um mosaico mais complexo do período em questão.

Nesse movimento de novas interpretações acerca da Primeira República, uma das questões que marcou presença constante no período, porém foi marginalmente tratada na literatura, se refere à utilização do instituto constitucional do estado de sítio. Esse instituto esteve presente em nove dos doze governos da Primeira República, com períodos de utilização que variaram de poucos dias a anos de duração. E, apesar de sua notória presença, sua aplicação como regime de exceção na República liberal democrática de 1889 a 1930 foi mencionado apenas *en passant*. Visando, então, suprir essa lacuna, publiquei recentemente obra inédita como temática e iniciadora de um debate que ainda possui muito a oferecer¹, seja na extensão da Primeira República, seja em análises mais regionais e aprofundadas em momentos e localidades pontuais.

Este trabalho, em específico, pretende abordar questões básicas sobre a utilização do instituto constitucional do estado de sítio em um momento determinado do período, o governo de Arthur Bernardes. A sua relevância para ser destacada neste breve texto consiste no fato do referido governo ter sido aquele que mais se apropriou do estado de sítio durante a sua vigência, tendo ocupado quase a integralidade do mandato em questão. Nesse quadriênio, o estado de sítio, inserido em um contexto já muito específico da década de 1920, viabilizou a perseguição de opositores políticos, dos anarquistas, da população mais carente e indesejada da capital da República, o Rio de Janeiro.

Diante disso, o breve texto que segue está dividido em duas partes. Uma parte introdutória que lança luz sobre algumas relevantes interpretações acerca do governo de Arthur Bernardes. E uma segunda parte que aborda a utilização do estado de sítio no respectivo mandato presidencial.

INTERPRETAÇÕES DO GOVERNO ARTHUR BERNARDES

Arthur Bernardes assumiu a Presidência da República em 15 de novembro de 1922, já como resultado de um processo eleitoral conturbado que contou com a divulgação e circulação de cartas falsas atribuídas ao candidato em que proferia desrespeitosas ofensas contra os militares. Naquele mesmo ano, os tenentes, camadas médias do Exército, já haviam se revoltado em armas contra o então Presidente Epitácio Pessoa. A revolta foi imortalizada no Forte de Copacabana, de

¹ GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. *Atmósfera de Plomo: las declaraciones de estado de sitio en la Primera República Brasileña*. Valência: Tirant lo Blanch, 2019.

onde quase duas dezenas desses militares partiram para o enfrentamento direto e a morte certa.

No início da década de 1920, o descontentamento com a República liberal democrática e, sobretudo, oligárquica, já havia extrapolado. Os tenentes eram quem puxavam os questionamentos exigindo a moralização da política, com eleições secretas e o combate às oligarquias. Tratava-se, no entanto, de uma contestação inicial, já que as grandes oligarquias ainda gozavam de muito poder político, suficiente para eleger os seus escolhidos, como o caso do próprio Arthur Bernardes.

No quadriênio que se iniciou em 1922, Bernardes teve que lidar com os desdobramentos da Revolta do Forte de Copacabana, com os questionamentos sobre a legitimidade de seu mandato, com novas revoltas tenentistas, com as manifestações dos anarquistas e até com uma reforma constitucional. Acerca desses quatro anos de governo, já houve quem tratou Bernardes como um estadista capaz de lidar com as crises da República e assegurar o progresso político e econômico do país². Mas interpretações como essas são demasiadamente utópicas e defasadas. As poucas pesquisas posteriores ressaltaram práticas muito mais violentas e arbitrarias no mandato de Bernardes. Algumas delas, inclusive, violaram direitos humanos básicos.

É fundamental reconhecer que o tenentismo é um dos assuntos mais destacados para o período do governo Bernardes, sobre o qual se debruçaram alguns analisas das Ciências Humanas e Sociais, buscando compreender o seu significado³. A revolta dos tenentes de 1922 foi recuperada em São Paulo em 1924 e, no mesmo mandato, uma coluna militar ainda rasgou o Brasil promovendo o enfrentamento com as tropas do governo.

No entanto, o que de mais recente e relevante acerca do período Arthur Bernardes, até então, é a perseguição e repressão que promoveu contra anarquistas e os mais desvalidos Capital Federal. Neste sentido, é fundamental destacar os trabalhos de Alexandre Samis⁴, de Edson Brito⁵ e de Carlo Romani⁶. Todos eles revelaram o peso da perseguição promovida por Bernardes contra os anarquistas,

2 MAGALHÃES, Bruno de Almeida. **Arthur Bernardes: estadista da República**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973.

3 Somente a título de informação, algumas interpretações clássicas a respeito do tenentismo: FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. DRUMMOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes: análise e depoimentos**. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1980. CARONE, Edgar. **Revoluções do Brasil Contemporâneo: 1922-1938**. Rio de Janeiro: Ática, 1989.

4 SAMIS, Alexandre. **Moral Pública e Martírio Privado: colônia penal de Clevelândia do Norte e o processo de exclusão social e exílio interno no Brasil dos anos 20**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1999.

5 BRITO, Edson Machado de. **Do Sentido aos Significados do Presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa**. Dissertação (Mestrado em História) PUC-SP, 2008.

6 ROMANI, Carlo. Clevelândia (Oiapoque). Colônia Penal ou Campo de Concentração? In: **Verve**, 4, 2003. ROMANI, Carlo. Clevelândia do Norte – Aqui começa o Brasil! In: **Verve**, 3, 2013.

beneficiando-se do contexto de repressão ao movimento tenentista. Para além disso, a repressão também incluiu populares do Rio de Janeiro tratados como indesejáveis, como os chamados vadios, alcoólatras e prostitutas, por exemplo. Uma colônia foi criada no Norte do país, em Clevelândia, para receber esses indivíduos, que não recebiam recursos quaisquer para sobrevivência, não tinham acesso a infraestrutura básica sanitária e de saúde para a vida ou mesmo eram simplesmente assassinados. Seja pela via direta ou indireta, essas pessoas recebiam condenações à morte ao serem forçadamente transferidas para tal localidade. Dados mais específicos foram brilhantemente apresentados nas referidas pesquisas.

Por fim, é preciso ainda inserir o governo Bernardes em um contexto de análise mais recente e ainda pouco aprofundado, considerando-se as implicações do pensamento nacional-autoritário⁷. No início da década de 1920, ocorre a ascensão de tal postura política na Europa, muito notadamente com o fascismo na Itália. No Brasil, alguns intelectuais flertavam com o fascismo e as noções de centralização de governo e de autoridades seriam muito caras ao Presidente Arthur Bernardes. Desta forma, o que se verá no item a seguir é uma breve explanação da aplicação de um instituto constitucional que viabilizava tanto a centralização quanto a autoridade para o Executivo.

O ESTADO DE SÍTIO NO GOVERNO ARTHUR BERNARDES

Ao assumir a Presidência da República, Bernardes estava com sua autoridade abalada pelos movimentos contestatórios à sua eleição e ao próprio sistema político vigente. O Presidente tratou de consolidar sua autoridade tentando dominar os estados dissidentes, consolidar a pacificação no estado de Pernambuco, solucionar a questão sucessória no Rio Grande do Sul e na Bahia e promover uma intervenção federal no Rio de Janeiro⁸. Em seu discurso de posse, Bernardes condenava as ideias subversivas que tentavam alterar a estrutura política vigente, dando o recado de que não seria tolerada uma alteração do regime político de fora para dentro⁹. Os envolvidos no levante de julho daquele ano estavam entregues à justiça, que enfrentava a morosidade decorrente do grande número de indiciados e da defeituosa organização processual do país. Dizia Bernardes que “a ordem social precisa estar armada de aparelhos mais expeditos para repressão de culpados e absolvição de inocentes”¹⁰. De todo modo, o Presidente prometia que não levaria em conta as

7 Sobre isso, verificar: FAUSTO, Bóris. **O Pensamento Nacionalista Autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

8 MAGALHÃES, Bruno de Almeida. **Arthur Bernardes: estadista da República**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973. (P. 152)

9 BONFIM, João Bosco Bezerra. **Palavra de Presidente: os discursos presidenciais de posse, de Deodoro a Lula**. Brasília: LGE, 2006. (P. 176)

10 BRASIL. Presidente. **Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Impren-

afrontas sofridas durante a campanha eleitoral e não agiria com rancor com aqueles que tanto o criticaram nos últimos meses. Uma mentira. Descumprindo a promessa, Bernardes se dedicou a destruir seus adversários políticos da Reação Republicana, começando por Nilo Peçanha. O Presidente fez uso de uma intervenção federal no Rio de Janeiro para depor o grupo niilista e, no Rio Grande do Sul, golpeou o prestígio e o poder de Borges de Medeiros. Na Bahia também houve uma intervenção que impôs o candidato de Bernardes, Góis Calmon, na eleição estadual. Seus adversários seriam completamente eliminados com a “degola” de 1924 que impediria opositoristas eleitos, como Irineu Machado, de assumirem seus mandatos¹¹.

Bernardes era vingativo e fez questão de derrotar os seus inimigos, atacando ferozmente também a imprensa de oposição. O advento do pensamento nacional-autoritário era uma marca do período Entreguerras em que se defendia as tradições históricas e a rígida conduta de um governante. Intelectuais brasileiros mais autoritários como Oliveira Viana¹², Francisco Campos¹³ e Azevedo Amaral¹⁴ começavam a circular suas ideias que, amparadas pelo flerte com o fascismo na Itália, ganhavam adeptos no Brasil na década de 1920. Conforme observa Boris Fausto, os pensadores autoritários não estavam à frente de um movimento, mas tiveram muita influência até 1945. Isto porque a democracia aparentava desmoralizada e a afirmação da nação parecia depender de um sistema político forte. Apesar das diferentes perspectivas, “os nacionalistas autoritários concebiam uma modernização do país de cima para baixo, prescindindo das mobilizações populares, especialmente quando não controladas”¹⁵. Assim, as transformações viriam do Estado autoritário, centralizador e dotado de extensos poderes. Bernardes incorporou esse governante forte para reprimir a oposição e promover reformas mais centralizadoras e autoritárias em 1926. Nesse contexto, o estado de sítio foi importante ferramenta a serviço de um pensamento autoritário reformulado.

Em 1922, o estado de sítio estava previsto para durar até o dia 31 de dezembro, o que aconteceu. No dia seguinte, contudo, Bernardes apresentou o seu primeiro decreto de sítio. Os estados de sítio de Bernardes consomem uma enorme parte de seu governo. No entanto, diferentemente do que sugere a historiografia, sobre o governo inteiro ter transcorrido em estado de sítio, há um período de cerca de seis

sa Nacional, 1923. (P. 8)

11 FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (P. 54-56)

12 Oliveira Vianna admirava as instituições representativas inglesas e estadunidenses, mas considerava que eram fruto de outro contexto e também não tinham escapado de sua crise. Entendia o regime autoritário como o caminho para a criação de uma nação.

13 Francisco Campos estava no meio do caminho entre os dois. Lidando especialmente com questões econômicas, defendia o controle de indústrias básicas.

14 Azevedo Amaral era o mais modernizante dos três, defensor do capitalismo industrial promovido pelo regime autoritário-corporativo.

15 FAUSTO, Bóris. **O Pensamento Nacionalista Autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. (P. 46)

meses, entre 23 de dezembro de 1923 e cinco de julho de 1924, sem vigência da exceção. No mais, o governo é, de fato, tomado por um regime de exceção. O que se verifica é uma grande expansão da medida pelo território nacional, que passa a abarcar estados que ainda não haviam estado sob vigência do instituto. O Presidente recebeu as alcunhas na imprensa de “Presidente do Sítio” e de “Calamitoso”¹⁶, pois foram, no total, 42 meses sob o estado de sítio, o mais longo da história da República.

O duradouro estado de sítio de Arthur Bernardes repercutiu diretamente na crise cambial, causando desconfiança no cenário internacional por causa da inexistência de agressão estrangeira e de comoção intestina, como definia a Constituição. Por meio do Banco do Brasil, o Presidente chegou a emitir 752.900:000\$000¹⁷. Um gerente de banco estrangeiro teria dito: “Querem que o câmbio suba? Suspendam o sítio!”¹⁸. Ou seja, o estado de sítio foi acompanhado também pelo desequilíbrio das contas públicas, em paralelo à crise das oligarquias e das medidas reformistas arbitrárias. O longo período de exceção não foi homogêneo, passou por fazes distintas.

Os meses de novembro e dezembro de 1922 transcorreram sob o estado de sítio de Arthur Bernardes herdado de Epitácio Pessoa. O Senador Justo Chermont até tentou revogar o uso do instituto e da censura no dia 29 de novembro, porém sua proposta foi negada¹⁹. Já no primeiro dia de 1923, Bernardes publicou o seu primeiro decreto de sítio aplicando a medida para um período de 120 dias, que correspondia às férias do Legislativo, no Distrito Federal e no estado do Rio de Janeiro. Bernardes dizia que havia tomado a decisão a contragosto e que seu governo teria “exercido uma ação moderada de prevenção, embora disposto a empregar as mais enérgicas providências”²⁰. Na prática, o sítio serviria para Bernardes perseguir seus críticos da campanha eleitoral e afirmar a sua autoridade. Antes de o Congresso se reunir para expediente ordinário, Bernardes prorrogou o sítio, em 23 de abril, nos mesmos territórios. Uma prorrogação que se estenderia até o dia 31 de dezembro. Ou seja, pela primeira vez, o uso do estado de sítio teria vigência em um ano completo. De tal modo que o primeiro ano efetivo de governo transcorreu todo em regime de exceção. Sobre a duração pretendida do sítio, Bernardes entendia que seria melhor “prevenir a desordem, eliminando-lhe as causas, do que reprimi-la”. Suas medidas só atingiriam os que tentassem subverter a ordem estabelecida, de tal modo que o povo ordeiro, a imprensa bem orientada e de processos limpos e todas as classes

16 MAGALHÃES, Bruno de Almeida. **Arthur Bernardes: estadista da República**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973. (P. 168-179)

17 DOCUMENTOS PARLAMENTARES. **Estado de Sítio. Volume XII (1924-1925)**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1930. (P. 428-437)

18 DOCUMENTOS PARLAMENTARES. **Estado de Sítio. Volume X (1922-1923)**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1925. (P. 405)

19 MAUD, Leda Maria Cardoso. Estado de Sítio. In: **Revista de Informação Legislativa**, setembro de 1965. (P. 121)

20 BRASIL. Presidente. **Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923. (P. 15)

sociais teriam as mesmas garantias do regime normal, “acrescidas da tranquilidade oriunda da certeza de que o Governo pode agir com presteza e segurança contra os perturbadores quaisquer da paz pública”²¹.

Arthur Bernardes se valeu do estado de sítio para derrubar a máquina política niilista no Rio de Janeiro, o mantendo até 31 de dezembro de 1923 para coincidir com a posse do novo Presidente do estado²². Além da intervenção federal que minou o grupo político de Nilo Peçanha. No final de 1923, Bernardes tinha o controle completo, causando uma ideia enganadora de tranquilidade e domínio que o levou a suspender o estado de sítio. A suspensão da exceção foi condicionada à imposição de rigorosa censura, controlando as informações passadas ao público²³. Enquanto isso, no entanto, os militares conspiravam sobre nova revolta.

Depois daqueles 365 dias de sítio em 1923, finalmente o país viveria uma folga do instituto no governo de Bernardes. Por sinal, ela seria mínima, pois um novo sítio seria declarado em 19 de março de 1924 com duração de 30 dias no estado da Bahia apenas. No discurso, havia a necessidade de se reprimir a desordem pública causada naquele estado. Na prática, era a opressão contra opositores políticos. Ou seja, não foi o levante militar de São Paulo que retomou o uso da medida naquele ano de 1924, houve um período prévio de aplicação do sítio no Nordeste. Sobre ele, o governo teria se limitado a exercer

O ano de 1925 seria tecnicamente muito semelhante ao ano de 1923. Nova declaração de sítio no primeiro dia do ano com prazo de vigência de 120 dias e uma prorrogação que o esticaria até o final do ano. Novamente, o Brasil teria 365 dias completos de um ano civil submetidos ao estado de sítio. Seria o ano de maior extensão territorial da medida de exceção até então verificado na República, envolvendo dez estados (Amazonas, Pará, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) mais o Distrito Federal. No Amazonas, três militares e 11 civis foram presos²⁴, mas o próprio Presidente do estado Efigênio Ferreira de Sales os colocou em liberdade. Na Bahia, algumas prisões foram efetuadas por suposta descoberta de um plano que atentaria contra a vida do governador baiano Francisco Marques de Góes Calmon. Este abriu, então, um crédito suplementar de mil contos de Réis, em 15 de julho de 1924, para

21 BRASIL. Presidente. **Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923. (P. 16)

22 GALVÃO, Laila Maia. **História Constitucional Brasileira na Primeira República: um estudo da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro em 1923**. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. (P. 144)

23 SAMIS, Alexandre. **Moral Pública e Martírio Privado: colônia penal de Clevelândia do Norte e o processo de exclusão social e exílio interno no Brasil dos anos 20**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1999. (P. 64)

24 Militares presos: Joaquim Alves de Lima Verde, Antônio José Guimarães e Arthur Martins da Silva. Civis presos: Crisanto Jobim, Francisco Pereira da Silva, Olegário da Luz Castro, Paulino Amorim de Brito, Francisco das Chagas Aguiar, Carlos da Silva Mesquita, Antonio Cavalcante de Oliveira Lima, João Franklin de Alencar Araripe, Marciano Armond, Domingos Alves Pereira de Queiroz e Washington Melo. Fonte: AMAZONAS. **Relatório do Governo**. Manaus: Tipografia da Imprensa Pública, 1926. (P. 11-14)

atender “as despesas e providências acautelatórias em bem da ordem pública”²⁵ na vigência do estado de sítio. Além disso, a Bahia enviou quase a totalidade do 19º Batalhão de Caçadores para combater os rebeldes em São Paulo²⁶, 649 para o Rio Grande do Sul e 652 para Sergipe²⁷. No Pará, a revolta paulista teria colocado em risco a vida do Presidente Antonino de Sousa Castro, mas não foram encontrados registros sobre possíveis detenções²⁸. O estado permaneceria em regime de sítio até 1926 enfrentando certos transtornos nas cidades de Alemquer e Óbidos, mas ninguém foi detido e apenas medidas preventivas teriam sido tomadas suficientes para manter a paz²⁹. No Paraná, houve enfrentamento com os revoltos em fuga de São Paulo, causando a morte de seis indivíduos³⁰. O Presidente Caetano Munhoz da Rocha afirmava que o sítio facilitava as ações do governo, mas “ninguém sofre no Paraná por ser adversário do governo ou desafeto do Presidente ou prosélito de qualquer crença religiosa. Todos gozam da mesma liberdade, a todos se faz justiça”³¹. Justificando haver paz em seu estado e nenhum preso político. Nos demais estados, nenhuma manifestação oficial ocorreu sobre a vigência do estado de sítio.

Naquele ano, Bernardes não esperaria a chegada de 1926 para nova prorrogação da medida, ela foi publicada ainda no dia 31 de dezembro de 1925, para se estender até 30 de abril de 1926. O decreto incluía o estado de Goiás por causa da passagem da Coluna Prestes por seu território, que, por sinal, seria o único motivo para abalar a ordem pública, gerando o empenho de expulsão dos rebeldes, de acordo com o Presidente Brasil Ramos Caiado³². E, como de hábito, sua prorrogação até o final do ano veio antes do vencimento do prazo, em 23 de abril. A quantidade de localidades submetidas ao regime de exceção foi se reduzindo, porém, na prorrogação de abril daquele ano, a medida envolveu também o estado do Ceará, por conta da passagem da Coluna Prestes³³. O Exército brasileiro foi quem menos participou da repressão à Coluna Prestes, as principais forças legalistas que a combateram foram as polícias militares estaduais, os batalhões patrióticos formados por iniciativa dos chefes locais com voluntários armados e grupos de jagunços³⁴. O Presidente do Ceará José Moreira da Rocha alegou, no entanto, que não passou de

25 BAHIA. **Relatório do Governo**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925. (P. 142)

26 BAHIA. **Relatório do Governo**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925. (P. 127)

27 BAHIA. **Relatório do Governo**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1926. (P. 187)

28 PARÁ. **Relatório do Governo**. Pará: Instituto Lauro Sodré, 1924.

29 PARÁ. **Relatório do Governo**. Pará: Instituto Lauro Sodré, 1926. (P. 8)

30 O Tenente Joaquim Tabora Ribas, os Sargentos Fernando Frederico Schultz e Higino Pedro dos Santos, os Cabos Alfredo Schmidt e Félix Alves da Conceição e o Praça Olímpio Nascimento. Fonte: PARANÁ. **Relatório do Governo**. Curitiba: 1925. (P. 84)

31 PARANÁ. **Relatório do Governo**. Curitiba: 1925. (P. 137)

32 GOIÁS. **Relatório do Governo**. Goiás: 1926.

33 A ocasião em que a Coluna Prestes esteve mais perto de tomar uma capital estadual foi durante sua passagem pelo Piauí. Porém o estado não chegou a ser incluído no regime de exceção do estado de sítio. Ver: CASTRO, Chico. **A Coluna Prestes no Piauí**. Brasília: Senado Federal, 2008.

34 DRUMMOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. (P. 147-148)

medida preventiva em seu estado, pois ninguém teria sofrido com o sítio³⁵. Também foi se reduzindo a atenção que o Presidente prestava ao regime de exceção em suas mensagens anuais ao Congresso. Em 1925, Bernardes não tratou das medidas do sítio e de suas conveniências, o citou apenas uma vez e abordou o movimento sedicioso de julho de 1924 ao tratar do abalo da ordem e da legalidade, ressaltando a vitória dos legalistas³⁶. Em 1926, o Presidente foi muito sucinto ao tratar de um sítio que havia sido prorrogado até o início do governo de seu sucessor. Por ser sua última mensagem oficial ao Congresso no prazo de seu mandato, enaltecia-se mais pela vitória sobre o movimento revolucionário dos tenentes³⁷.

CONCLUSÃO

Como pode se notar, os anos de 1923, 1925 e 1926 transcorreram integralmente na vigência do estado de sítio. De imediato, duas questões devem ser ressaltadas. A primeira é que, novamente, o estado de sítio seria uma transmissão presidencial. Isto porque o candidato eleito Washington Luís tomaria posse em 15 de novembro de 1926 e receberia o regime de exceção em seus primeiros meses de governo. Por sinal, essa prática se tornou comum em todas as sucessões presidenciais da Primeira República desde Wenceslau Brás. Uma segunda questão é correlata, pois se refere às eleições. Sendo o estado de sítio mais constante e longo da República, ele incluiu períodos de eleições municipais, estaduais e federais. Nas localidades que conviviam com um cotidiano de exceção, foram várias as suspensões do sítio. O governo tentava demonstrar que os processos eleitorais em tais localidades eram livres e democráticos. Apesar disso, Arthur Bernardes incorporou os princípios do pensamento nacional-autoritário de promover reformas de dentro para fora, de cima para baixo, e exercer um poder extenso atribuído ao Executivo. Nos seus quatro anos de mandato, seus opositores políticos foram perseguidos, seus mecanismos de oposição desarticulados e mesmo uma reforma constitucional foi aprovada, promovendo exatamente esses ideais centralizadores do poder no Executivo na Primeira República.

FONTES

AMAZONAS. **Relatório do Governo**. Manaus: Tipografia da Imprensa Pública, 1926.

BAHIA. **Relatório do Governo**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925.

35 CEARÁ. **Relatório do Governo**. Fortaleza: Tipografia Gadelhaz, 1926. (P. 44-47)

36 BRASIL. Presidente. **Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

37 BRASIL. Presidente. **Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1926.

BAHIA. **Relatório do Governo**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1926.

BRASIL. Presidente. **Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

BRASIL. Presidente. **Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

BRASIL. Presidente. **Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1926.

CEARÁ. **Relatório do Governo**. Fortaleza: Tipografia Gadelhaz, 1926.

DOCUMENTOS PARLAMETARES. **Estado de Sítio. Volume X (1922-1923)**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1925.

DOCUMENTOS PARLAMETARES. **Estado de Sítio. Volume XII (1924-1925)**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1930.

GOIÁS. **Relatório do Governo**. Goiás: 1926.

PARÁ. **Relatório do Governo**. Pará: Instituto Lauro Sodré, 1924.

PARÁ. **Relatório do Governo**. Pará: Instituto Lauro Sodré, 1926.

PARANÁ. **Relatório do Governo**. Curitiba: 1925.

REFERÊNCIAS

BONFIM, João Bosco Bezerra. **Palavra de Presidente: os discursos presidenciais de posse, de Deodoro a Lula**. Brasília: LGE, 2006.

BRITO, Edson Machado de. **Do Sentido aos Significados do Presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa**. Dissertação (Mestrado em História) PUC-SP, 2008.

CARONE, Edgar. **Revoluções do Brasil Contemporâneo: 1922-1938**. Rio de Janeiro: Ática, 1989.

CASTRO, Chico. **A Coluna Prestes no Piauí**. Brasília: Senado Federal, 2008.

DRUMMOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FAUSTO, Bóris. **O Pensamento Nacionalista Autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GALVÃO, Laila Maia. **História Constitucional Brasileira na Primeira República: um estudo da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro em 1923**. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. **Atmósfera de Plomo: las declaraciones de estado de sitio en la**

Primera República Brasileira. Valência: Tirant lo Blanch, 2019.

MAGALHÃES, Bruno de Almeida. **Arthur Bernardes: estadista da República.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973.

MAUD, Leda Maria Cardoso. Estado de Sítio. In: **Revista de Informação Legislativa**, setembro de 1965.

ROMANI, Carlo. Clevelândia (Oiapoque). Colônia Penal ou Campo de Concentração? In: **Verve**, 4, 2003.

ROMANI, Carlo. Clevelândia do Norte – Aqui começa o Brasil! In: **Verve**, 3, 2013.

SAMIS, Alexandre. **Moral Pública e Martírio Privado: colônia penal de Clevelândia do Norte e o processo de exclusão social e exílio interno no Brasil dos anos 20.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes: análise e depoimentos.** Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1980.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 31, 33, 41, 43, 71, 73, 75, 76, 84, 93, 99, 102, 103, 108, 117, 121, 122, 140, 142, 144, 156, 166, 167, 173, 227, 240, 245, 300, 325
Águas medicinais 308, 309, 310, 311, 323
Amazônia 4, 44, 73, 78, 80, 81, 82, 100, 101, 242, 245, 249, 267, 269, 270, 272, 275, 280
Armada brasileira 127
Arthur bernardes 174, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 184
Assistência materno-infantil 161

B

Biografia 185, 189, 190, 191, 192, 193, 267, 279

C

Ciência agronômica 99
Cinema 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294
Companhia das índias ocidentais 14, 15, 25
Companhia geral do grão-Pará e Maranhão 31, 32, 44, 45
Conflitos 5, 6, 7, 10, 18, 24, 46, 51, 53, 54, 82, 156, 157, 159, 213, 235, 242, 250, 268, 270, 289, 295, 296, 298, 304
Conselho geral de província 60, 62, 63, 69
Crítica 52, 53, 110, 112, 193, 203, 216, 250, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 263, 264, 265, 266, 277, 289
Cronistas brasileiros 195, 204
Cultura marítima 127

D

Debates ferroviários 114, 118
Direitos humanos 58, 176, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 278, 279, 280, 292
Ditadura civil-militar 221, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 240, 242, 247, 248, 285, 296, 301
Drogas do sertão 31, 32, 41, 44, 76, 81

E

Elites políticas 71, 185
Empresários 123, 125, 186, 238, 242, 243, 246, 249, 250, 288
Engenharia e Política 114
Escravidão indígena 1, 8
Estado de sítio 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184
Estudos de gênero 59, 281

F

Feminismo 59, 267, 270, 271, 272, 279

Força pública 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 160

G

Grupos de esquerda 210, 217

Guerra do Paraguai 84, 88, 89, 91, 96, 97, 98, 129, 137

H

História oral 185, 188, 189, 191, 193, 278, 279, 280, 297, 307, 308, 309, 322, 323

I

Império do Brasil 70, 77, 84, 85, 86, 96, 108

Imprensa 12, 29, 45, 48, 54, 58, 84, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 138, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 189, 209, 245, 249, 251, 254, 260, 268, 294

J

Jornal Correio 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146

Juventude operária 210, 211, 212, 213, 214, 215, 221, 222, 223

L

Literatura 14, 15, 46, 48, 49, 50, 56, 57, 87, 150, 151, 175, 195, 205, 252, 253, 255, 259, 264, 265, 289

Literatura de viagens 46

M

Maçonaria 224, 225, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237

Marinha brasileira 127, 130, 133

Memória social 308, 309, 323

Militarização 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158

Movimento social 295, 296, 297, 300

Mulheres viajantes 46, 47, 48, 50, 56, 57, 59

Música 25, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 220

N

Narrativas 35, 46, 47, 50, 52, 53, 57, 59, 138, 141, 142, 191, 241, 261, 278, 281, 309

P

Paulo Emílio Salles Gomes 252, 253, 259

Pirataria 14, 15, 16, 17, 18, 25, 29, 227

Política 33, 45, 60, 61, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 80, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 98, 106, 111, 112, 114, 115, 121, 122, 124, 125, 126, 138, 141, 142, 143, 149, 151, 153, 154, 159, 160, 161, 164, 166, 174, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 202,

204, 210, 211, 215, 217, 218, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 234, 235, 236, 239, 242, 245, 246, 248,
249, 250, 259, 267, 268, 270, 271, 272, 273, 275, 277, 278, 281, 286, 287, 288, 290, 294, 297, 325
Posse de terras 298, 299, 300, 304, 306
Primeira república 126, 127, 148, 149, 150, 153, 154, 158, 159, 161, 162, 165, 171, 172, 174,
175, 176, 178, 180, 182, 183, 193, 197
Província do Amazonas 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82

S

Saúde pública 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 321
Sexicomedias 281, 282
Sociedade agrícola 99, 100, 101, 103, 104, 111

 **Atena**
Editora

2 0 2 0